

AVALIAÇÃO EXTERNA ENQUANTO APARELHO HEGEMÔNICO

Vânia Márcia da Silva Laurentino

Universidade Federal de Alagoas -UFAL
vanialaurentino@hotmail.com

Elione Maria Nogueira Diógenes

Universidade Federal de Alagoas -UFAL
elionend@uol.com.br

Resumo

O presente artigo traz uma discussão a cerca da avaliação externa enquanto aparelho estatal a serviço do neoliberalismo. A gênese e as intenções ideológicas do Estado avaliador que surgem a partir da adequação a padronizações internacionais ligadas principalmente ao desenvolvimento político e econômico desenharam um quadro mercantilista da educação. Baseado no estudo da Terceira Via desenvolvido por Neves (2005) é traçada uma análise a cerca da forte influência dos aparelhos hegemônicos na educação e da repercussão prática na escola são as principais discussões presentes nesse trabalho. Os principais referenciais teóricos são: Andrioli (2002), Mészáros (2002), Frigoto (2003), Neves (2005) Fonseca e Oliveira (2009), Lôrdelo e Dazzani (2009) e Rizek (2010).

Palavras-chaves: Avaliação externa. Neoliberalismo. Estado hegemônico.

EXTERNALASSESSMENT AS HEGEMONICAPPARATUS

Vânia Márcia da Silva Laurentino

Universidade Federal de Alagoas -UFAL

vanialaurentino@hotmail.com

Elione Maria Nogueira Diógenes

Universidade Federal de Alagoas -UFAL

elionend@uol.com.br

Abstract

The present work brings a discussion on external assessments functioning as state apparatus in favor of neoliberalism. The genesis and ideological intentions of the State performing the assessment – originated from adjusting to international standards mainly connected to economic and political development, creates a mercantilist scenario for education. Based on the study of *Terceira Via* developed by Neves (2005), an analysis of the strong influence of hegemonic apparatus on education and its practical repercussion on schools are here considered as main topics of discussion. The essential theoretical background is: Andrioli (2002), Mészáros (2002), Frigoto (2003), Neves (2005) Fonseca and Oliveira (2009), Lôrdele e Dazzani (2009) and Rizek (2010).

Key-words: External assessment; Neoliberalism; Hegemonic State.

Introdução

A avaliação é sem dúvida uma das formas mais eficientes de corrigir erros e planejar, de forma coerente, ações capazes de atender as metas preestabelecidas, a fim de que o processo de ensino/aprendizagem aconteça da forma mais coerente possível. Para muitos estudiosos, essa avaliação deve ser ampla, democrática, contextualizada e multidisciplinar. A avaliação sempre foi um tema polêmico na educação, e muitos professores, de forma recorrente, têm sido acusados de usá-la, dentro da sala de aula, como aparelho punitivo, pontuado, excludente e ineficiente. Por outro lado, ao contrário do que preconiza o discurso hegemônico, a avaliação externa educacional não é exclusivamente pedagógica, e é a partir de seus resultados, que se estabelecem conclusões para elaboração e direcionamento de políticas públicas, o que tem gerado profundas reflexões e veementes discussões, no cenário nacional, o que justifica a realização de várias pesquisas a respeito de tais políticas, trabalhos esses de suma importância para o entendimento da educação, enquanto setor da estrutura social, de importância fundamental para a promoção de mudanças, nas formas de análise social e do Estado, em suas complexas relações.

Atualmente o fenômeno da avaliação em larga escala tem estado em evidência na mídia, e também, tem dado origem a várias pesquisas educacionais, ampliando uma produção científica que compreende a educação além da escola. O surgimento deste tipo de avaliação deu-se de forma efetiva na década de 90 e, ao que parece, teve seu apogeu nos dias atuais. Atualmente, esse tipo de avaliação – avaliação externa – é pautada mais nas questões políticas e técnicas. Qual o seria o verdadeiro motivo de tanta avaliação em larga escala, no Brasil, hoje? Seriam interesses exclusivamente políticos ou ideológicos? A avaliação em larga escala cumpre o papel de melhorar a educação do país? Neste trabalho, a avaliação em larga escala ora enfocada é o Ideb (Índice de Desenvolvimento Básico da Educação) e os fatores que

levaram ao seu surgimento, sua importância política e seus mecanismos hegemônicos.

A Avaliação em Larga Escala no Brasil – o percurso até o Ideb

A prática da avaliação externa no Brasil intensificou-se na década de 1990, mas seu surgimento efetivo deu-se a partir dos anos de 1980, culminando na implantação, em 1991, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Os objetivos do SAEB modificaram-se ao longo dos anos, ora se preocupando com as capacidades avaliativas de gestão, ora com o currículo e formação docente, bem como, com os resultados de aprendizagem. Esses objetivos já refletiam, claramente, uma tendência para se adequar ao reconhecimento de avaliações internacionais. Tais avaliações têm um importante contexto político, pois o reconhecimento de uma educação em padrões internacionais é estrategicamente importante para o país. Para Souza (2008, p. 264-265. 266), no Brasil, essa conduta da avaliação educacional externa traduz o comprometimento da nossa educação com interesses políticos e econômicos que vêm de fora do Brasil e que prejudica alunos e instituições. Para ele, tais avaliações

[...] vêm sendo estimuladas, pelo governo federal e por governos estaduais, iniciativas que se orientam por uma visão interna da escola. Tomada como um —micro-sistematização educacional, ela é responsabilizada pela construção do —sucesso escolar, cabendo ao poder público a aferição da produtividade, por meio de aplicação de provas de rendimentos aos alunos.

Contudo, avaliar a partir de padrões dos chamados países desenvolvidos incide em dificuldades dentro das escolas, pois, neste caso o interesse político pode ser um interesse capitalista o que pode interferir em algumas correntes pedagógicas, que se baseiam na não alienação do mundo do trabalho.

Na década de 1990, intensificaram-se as pesquisas em relação às políticas públicas no Brasil, e a avaliação era de fundamental importância para que fosse desenhado o quadro da educação em nosso país, a fim de que a qualidade na educação desse –saltos–. Em 2005, de acordo com a Portaria nº.931, de 21 de março do mesmo ano, o SAEB passaria a ser composto por dois processos: a) a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB), realizada através de amostragens das redes de ensino, em todos os estados, com foco nas gestões dos sistemas educacionais; b) a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), mais conhecida como Prova Brasil, de caráter censitário e com foco nas unidades escolares.

Ao ler os documentos dos resultados finais da ANEB e da ANRESC parece-nos que estes orientavam, aos sistemas de ensino, para que os resultados das avaliações conduzissem seus trabalhos pedagógicos, no sentido de atingir uma qualidade geral, pautada em metas e resultados. Isto era compreensível, uma vez que, este é um dos principais papéis da avaliação – a reorientação do trabalho e o sucesso do avaliado –, porém, as intenções desta qualidade devem ser questionáveis, se esta se baseia em políticas hegemônicas, que devem sobressair, em relação às intenções e práxis pedagógicas.

É neste contexto que, em 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP cria o Ideb. Para cada município, e escola há uma meta a ser cumprida, até o ano de 2021, para que todas as escolas do país alcancem a meta 6,0 numa escala de 0 a 10 e possa equiparar-se com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Parece evidente que o estabelecimento de políticas públicas a partir de um índice educacional - baseado numa organização que tem como princípio o desenvolvimento econômico internacional -- tende a mercantilizar a educação. Neste sentido, para alguns teóricos citados neste artigo, parece difícil conciliar educação libertadora e capitalismo.

O Ideb e seu contexto hegemônico

A ampliação do Estado brasileiro, iniciado da década de 1980, foi o tema que norteou a pesquisa coordenada pela professora Neves (2005) e o seu trabalho aprofunda o modelo societário neoliberal e a partir do programa terceira via e as graves consequências disso para a educação e para a própria sociedade. A tríade -- Estado, Educação e Sociedade - - parece não se completar, e a sociedade não se sente parte do Estado. Isto se deve principalmente a fatores históricos e culturais enraizados na base da sociedade brasileira. Por considerar que a educação é uma das principais formas de inserção social, de acordo com Neves (2005, p. 86),

Em parte devido aos amplos períodos ditatoriais da história republicana brasileira ou mesmo ao fortalecimento da organização social contra a ditadura militar, no plano empírico, em parte devido à conceituação restrita do Estado capitalista, como comitê da burguesia, no plano teórico, desenvolveu-se em larga escala no Brasil dos anos 80 uma visão dicotômica da relação entre Estado e sociedade civil, na qual a aparelhagem estatal, espaço exclusivamente burguês, era responsável pela perpetuação do poder das classes apropriadoras, enquanto a —sociedade civil organizadal, de forma homogênea, constituir-se-ia no espaço de redenção das classes produtoras diretas, supervalorizando seu papel transformador.

A partir de tais condições históricas, tal dicotomia tem dificultado a reflexão e o debate sobre o papel do Estado e da Sociedade, sobre a Educação. Para Neves (2005), a educação sempre constituiu forte aparelho hegemônico, a serviço da classe dominante, assim como o Estado. Para a autora, a sociedade é induzida a servir aos interesses do capital por meio da Terceira Via que consiste em um programa político específico, teorizado pelo sociólogo britânico Anthony Giddens, o qual fundamenta um projeto de dispersão, na sociedade brasileira de uma ideologia neoliberal, voltada basicamente para a

descentralização, a privatização e a desresponsabilização do Estado, principalmente, por meio do uso da ideia do voluntariado. Tal programa manifesta-se notadamente através de ONGs (Organizações Não Governamentais) e da mídia. É exatamente desse conceito que o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é permeado, pois a escola é, apenas, aparelho reprodutor das relações dominantes, sendo ela mesma constituinte das relações sociais. Para Neves (2005, p. 104),

Tal como os meios de comunicação de massa, o aparelho escolar também tem tido um papel pedagógico fundamental na conformação do novo homem coletivo requerido pelo neoliberalismo da Terceira Via.

A forma com que a avaliação externa é apresentada à sociedade é de modo a estimular a cobrança e a visibilidade social do índice, e o seu apelo midiático procura desresponsabilizar o Estado de seu papel fundamental, norteado pela LDB 96/94, que é ofertar ensino de qualidade: —Art. 3ºInciso IX – garantia de padrão de qualidade, porém, o conceito de qualidade ocorre na perspectiva mercadológica do neoliberalismo.

Neves (2005) explica como os meios de comunicação de massa são os principais responsáveis pela sectarização, entre a sociedade e o Estado, e de como esse mesmo Estado (enquanto hegemonia dominante) se beneficia da alienação geral, para manipular essa mesma sociedade. Para Neves (2005, p. 92),

No âmbito da sociedade civil iniciou-se, por intermédio dos meios de comunicação de massa, um processo de desqualificação da política e dos meios políticos...Especificamente quanto à educação escolar, foi um momento de difusão da ideologia da qualidade total, da transformação de dirigentes em gestores educacionais, do começo do sucateamento da educação superior pública...

Frigoto (2003, p. 40) lembra-nos que,

–[...] ao contrário do que ocorreu na Europa, onde o sistema de comunicação de massa se desenvolveu numa sociedade amplamente escolarizada, no Brasil universalizou-se rapidamente, onde a maior parte da população é analfabeta ou semi-analfabeta.

A separação entre o Estado e a sociedade civil impede que a própria sociedade se perceba inserida como parte da integrante da consolidação dessa hegemonia, desse fortalecimento da burguesia que domina. A terceira via quer fazer acreditar que a sociedade é independente, mas o sucesso da hegemonia dominante só se efetiva através de uma sociedade que não vê a necessidade de ir de encontro ao poder do Estado, da burguesia, da hegemonia dominante. Neste sentido, a hegemonia dominante ainda atua de maneira eficiente ao levar a sociedade a cobrar, não de suas políticas públicas, mas da escola. Na base do tripé, educação-sociedade-trabalho está o Estado. Para Mészáros (2002), o Estado possui papel determinante para a manutenção do capital e sua reprodução sociometabólica, da economia, assim, a educação, que na verdade é importante aparelho hegemônico, influencia a sociedade e o mundo do trabalho, pois é apresentada, pelo neoliberalismo, como —tábua salvadora dos problemas políticos e sociais. Mészáros (2002, p. 110) assim esclarece esta questão:

[...] o papel totalizador do Estado é essencial. Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, completando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo.

Neste contexto, a avaliação torna-se ferramenta hegemônica, na reprodução sociometabólica² do capital que privilegia a competição com o ranqueamento dos índices internacionais, como o Programa

² Termo usado por Mészáros.

Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), um tipo de avaliação idealizada e executada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil baseia-se nas metas educacionais da OCDE para criar e sistematizar o Ideb, o sentido de igualar os índices aos índices do PISA. Trabalhar a avaliação a partir da doutrina neoliberalista traduz-se políticas educacionais não focadas em questões pedagógicas, mas, no alcance de metas políticas e econômicas que comprometem a escola em sua mais nobre essência, a de formar sujeitos detentores de um saber autônomo. Andrioli(2002, p.02) explica essa dependência nociva, entre escola e capital:

Do ponto de vista liberal, a educação ocupa lugar central na sociedade e, por isso, precisa ser incentivada. De acordo com o Banco Mundial são duas as tarefas relevantes ao capital que estão colocadas para a educação: a) ampliar o mercado consumidor, apostando na educação como geradora de trabalho, consumo e cidadania (incluir mais pessoas como consumidores); b) gerar estabilidade política nos países com a subordinação dos processos educativos aos interesses da reprodução das relações sociais capitalistas (garantir governabilidade).

Ver à educação como um negócio, isto é, como mercadoria é, infelizmente, uma tendência muito atual em todo o mundo. Neste contexto, a escola pública é atingida, não apenas por ser parte de uma sociedade política e econômica, mas também, porque os gestores têm considerado como —qualidade na educação— a mesma qualidade dos meios empresariais, assim, o compromisso com a recuperação de uma escola democrática e libertadora é um grande desafio. Nesse sentido, Neves (2005) aponta a história do Brasil desenvolvimentista, que foi, ao mesmo tempo, a apropriação burguesa do Estado, para que alargasse a capitalização neoliberal, bem como, a inviabilização da organização da classe trabalhadora, pois, segundo a autora, a hegemonia burguesa não atua apenas na manipulação do aparelho estatal, mas também, em aparelhos privados e políticos. Fazendo a

leitura de sites de várias Organizações não Governamentais (ONGs) ligadas a educação, verifica-se que estas utilizam o Ideb como forma de cobrança na escola e que não se observa a presença de uma profunda reflexão, sobre políticas públicas das redes e sobre os problemas fora da sala de aula, tais como, questões sindicais e burocráticas, como, número de alunos e etc. Um exemplo é a ONG Educar para Crescer³, que tem apelo midiático, especialmente junto à Internet e a TV. Essa abordagem revela o tipo de tratamento que dá à avaliação intencional, pois é preciso seguir com os –resultados sob controle. Na citação abaixo percebemos o viés mecanicista do Ideb:

O estímulo para que as escolas brasileiras elevem o nível vem em boa hora. O IDEB mostra que elas ainda estão a anos-luz da excelência. Eis o pior dado: a média geral, segundo o novo medidor, não passou de sofríveis 3,8 (numa escala de zero a10). Raríssimas escolas da lista não tiraram nota vermelha na avaliação. Mais precisamente, 178 delas, solitárias ilhas de bom ensino que conseguiram cravar notas acima de 6 a média da OCDE (organização que reúne países da Europa e os Estados Unidos). Sim: apenas 0,3% das escolas brasileiras oferta ensino de qualidade comparável ao que predomina nas salas de aula dos países mais ricos. Sobre elas, o levantamento do MEC traz um dado surpreendente: o melhor ensino público do país não aparece apenas nas escolas que recebem mais dinheiro do governo ou ficam nas maiores cidades do país, mas, também, naquelas sediadas em municípios mais pobres e menos conhecidos. Esse é o caso da metade das escolas que fugiram da zona de notas vermelhas, segundo o IDEB. O resultado ajuda a derrubar um velho mito, o de que só há bom ensino onde sobra dinheiro. Ao revelar o mapa da excelência, o novo medidor do MEC também tem o mérito de jogar luz sobre práticas que levam ao sucesso escolar. A maioria delas não é mirabolante-tampouco é dispendiosa.

³ Disponível em: <http://educarparacrescer.com.br/indicadores>. Acesso em: 23/02/2011.

Nesse discurso hegemônico, fica clara a intenção do Ideb, no que se refere aos interesses da classe dominante: reduzir gastos, diminuir o compromisso com o capital internacional e desresponsabilizar o Estado, no provimento de políticas públicas verdadeiramente abrangentes. Muito recentemente, ONGs e movimentos ligados à educação têm atuado de forma firmemente hegemônica, no sentido do controle social, baseado especialmente no fenômeno da culpabilização da vítima e na desresponsabilização do Estado. Sob esta ótica Mészáros (2002), lança luz sobre a relação entre o Estado e instituições com interesses mercantilistas sobre a educação, assim, para ele o Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico, ou seja, um controle que é arraigado na sociedade por estar refém do capital, Neves (2005) indica o importante papel das organizações e movimentos, os quais são organizados pela iniciativa privada, mas que usufruem unicamente de verbas públicas, e por isso, representam, de forma discriminatória, apenas os interesses desse segmento (classe dominante) Neves (2005, p. 123):

As ONGs são também parceiras do Estado em sentido estrito na implementação das políticas sociais neoliberais, mesmo que não recebem financiamento governamental. Em outros termos, as ONGs são veículos privilegiado de construção e sedimentação da sociedade civil ativa, proposição do neoliberalismo da Terceira Via.

Na atual sociedade e na maioria das escolas a avaliação é a face mais cruel do capitalismo, pois, em muitos casos ela pode representar: exclusão, individualismo, competição e «adestramento». É isto que se verifica nos concursos, nos vestibulares, nos exames de admissão, e assim sucessivamente. Recentemente, no Brasil, a «febre da avaliação» em larga escala tem contado com um forte apelo da mídia televisiva e desta forma o aluno não é mais individualmente cobrado, mas também, a sua escola, e isto aumenta a pressão psicológica sobre

o aluno. No trabalho –Estado ou iniciativa privada –, a ferramenta da avaliação segue a fria lógica do capital, ou seja, se existem perdas, se promovem demissões ou afastamentos, replanejamentos que tendem a punir quem não alcança o resultado esperado. Assim, se por outro lado existem ganhos, estes são premiados com bônus, como no caso dos professores em alguns Estados da Federação. Desta forma, a avaliação passa a ter uma conotação extremamente negativa.

Segundo Frigoto (2003), a escola sempre atendeu ao mercado capitalista do trabalho e hoje a avaliação representa claramente a punição, especialmente na iniciativa privada. De acordo com este último teórico (Idem, p. 26),

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital.

Para se adequar às necessidades do capital, a educação se atrelou ao trabalho, de forma a precarizá-lo e alienar, cada vez mais, o sujeito e a sociedade em que vivemos. A desumana relação capital/trabalho lança mão de processos avaliativos com o objetivo de obter a —qualidade total, esse recorrente termo administrativo, que na verdade, significa eficiência na obtenção de lucros, por intermédio de baixo custo de investimento e manutenção (cortes, privatização, terceirização etc.), exploração/alienação do trabalhador, também, por meio da escola, que permite concluir que a cultura da avaliação em massa traz aspectos negativos para a formação autônoma e cidadã, dos indivíduos.

Frigoto (2003) demonstra preocupação com as relações entre o trabalho, a escola e a formação humana. O uso da escola enquanto aparelhagem da hegemonia dominante interfere de forma negativa nas relações humanas, tanto na escola como no trabalho, pois prepara futuros trabalhadores voltados para a competição, que é gerada

essencialmente pelas avaliações, impostas, unificadas e predatórias. Para Frigoto (2003, p. 29),

[...] podemos perceber que a explicitação do papel social da educação, ou especificamente da relação entre o processo de produção e os processos educativos ou de formação humana, vem marcada por concepções conflitantes e, sobretudo antagônicas.

Essas relações são conflitantes e antagônicas porque, segundo a de Frigoto esse papel social da educação tende a atender interesses da classe hegemônica, o que interfere —da forma mais amena possível —, no mundo do trabalho, pois, de acordo com a teoria da nova pedagogia da autonomia, a classe dominante insere na sociedade o princípio que leva a sociedade a acreditar que está em suas mãos resgatar o caráter determinante da escola, enquanto instituição capaz de levar o país ao status de —primeiro mundo, e essa mesma sociedade é levada a enxergar, na prática, uma escola pública ineficiente, onerosa, com profissionais descompromissados e, portanto claramente sujeita a ações neoliberais de grupos privados que devem adequá-la ao mundo do trabalho. A sociedade vive, hoje, um conflito entre escola, trabalho e Estado, onde, ora podem tornar-se parceiros indissociáveis, ora estabelecem laços de inimizade irreversíveis.

O Ideb como aparelho hegemônico

A cultura da avaliação externa é recente no Brasil, por isso, ainda existe muita confusão e desinformação sobre o assunto, também, porque a divulgação televisiva leva as pessoas, de uma forma geral, a concentrar-se na fase da aplicação do teste em sala, e ignoram as outras fases de composição da nota — como os dados do censo escolar e as dificuldades que a escola apresenta para o insucesso do combate a componentes da nota como a evasão ou a repetência escolar —, e sendo assim, tal desconhecimento impede uma ação mais efetiva e eficiente entre a escola, os pais e a comunidade, na nota do Ideb, como sugerem

alguns comerciais do MEC⁴. A maioria das provas estaduais copia o modelo das avaliações nacionais, por isso, as provas elaboradas por redes locais, que teriam a possibilidade de investigar mais séries e disciplinas, não conseguem uma abrangência maior, o que pode comprometer um maior envolvimento, e resultados mais precisos. O Estado e a hegemonia dominante, fazem do Ideb o foco da escola pública. Frigoto (2003) lembra que a legitimação do sistema capitalista, na educação, estabelece uma lógica bifurcada para o atendimento a –clientes‖ distintos: – [...] a defesa da universalização dualista, segmentada: escola disciplinadora adestradora para os filhos dos trabalhadores e escola formativa para os filhos das classes dirigentes‖ (Idem p. 34). A partir deste viés histórico-ideológico, o Ideb passa a ser manipulado, para apontar erros, para cobrar o mínimo, e não, para apontar soluções que são de caráter macro e não microestrutural. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, a taxa de analfabetismo entre brasileiros, com 15 anos ou mais, foi estimada em 8,3% (13,2 milhões de pessoas), e revelou ainda que apenas menos de 10% da população possui nível superior. Apesar do SAEB ser feito por amostragem e a Prova Brasil ser aplicada de forma censitária, ela exclui as instituições privadas e rurais, haja vista que, em de 2011, mais de 370 mil alunos da zona rural ficaram de fora. Dados como estes reforçam a tese secular desse atendimento dualista, na educação. A grande maioria dos Estados e os municípios não têm sondagem própria, e atualmente os que a têm o fazem a partir de empresas terceirizadas, especializadas em logística de informações em rede e *online*. Assim, não dá para dizer que o Brasil produz um diagnóstico completo da Educação, ainda que se busquem pistas sobre o seu estado geral.

Existem projetos de leis tramitando em câmaras e assembleias, na tentativa de tornar obrigatória a divulgação, pelas escolas públicas, dos seus resultados no Ideb, por meio de placas colocadas no portão

⁴Disponível em: <http://centraldemidia.mec.gov.br/play.php?vid=499&code=110>. Acesso em 25/11/2015.

de entrada ou em local de ampla visibilidade. O tipo e a forma dessa divulgação tende a expor, de forma negativa, muitas comunidades e dar a falsa impressão à sociedade, de que escolas com baixo Ideb são culpadas pela suposta –incompetência dos estudantes. A intenção de estabelecer, por meio de lei, uma forma de divulgação de sua medida de –qualidade deve ter importante espaço para um debate mais profundo sobre o conteúdo e a interpretação do Ideb, pois é uma perigosa ilusão achar que afixar placas com notas do Ideb, nas escolas, vai melhorar a educação. O próprio INEP não apoia essa exposição das escolas, pois o ranqueamento resulta na fragmentação dos processos educativos, com vistas ao interesse do capital.

Iniciativas semelhantes estão sendo debatidas em alguns Estados e municípios, e na cidade do Rio de Janeiro será feita sua implementação, por meio de decreto. Os projetos de lei, motivados por sugestão de Gustavo Ioschpe (membro fundador do movimento —Todos pela Educação e membro do conselho do Instituto Airton Senna) têm como objetivo aumentar o acesso dos pais a informações sobre a qualidade das escolas e estimular uma maior—cobrança pela melhoria do ensino, no entanto, essa forma capitalista de –qualidade educacional tem profundas raízes num dos maiores mercantilizadores da educação no planeta, o Banco Mundial. Um livro lançado no ano de 2011 pelo banco, "Making Schools Work: New Evidence on Accountability Reforms", analisa experiências de disseminação de informações sobre —qualidade das escolas em diversos países, em seu contexto ideológico, segundo um dos maiores estudiosos do Ideb. Para Tonet (2012) as imbricações hegemônicas são determinantes, na organização da educação brasileira. Este pesquisador discute que, ao tentar –se igualar, a educação proposta pela OCDE não torna possível desenvolver uma sociedade e nem tão pouco uma educação que atenda às necessidades do país, pois, sendo as sociedades diferentes, são diferentes as necessidades educacionais, daí porque, esta educação nunca deve ser padronizada Para Tonet (Idem, p. 40),

Se examinarmos a reflexão que chamamos de progressista sobre a educação brasileira, perceberemos que ela, no fundo, busca elevá-la ao nível dos países mais desenvolvidos. Quando mais progressista essa reflexão, pretende agregar àqueles níveis um caráter crítico e humanizador. É isto que é sintetizado na busca de uma educação democrático-cidadã (crítica). Porém, há uma pergunta que não quer calar. Trata-se do seguinte: é possível realizar a revolução burguesa no Brasil? Quer dizer, é possível realizar, aqui, aquelas tarefas econômicas, políticas, sociais e culturais levadas a cabo sob a liderança das burguesias nos países desenvolvidos? É possível elevar a educação brasileira ao nível daquela dos países do chamado primeiro mundo (mesmo sem entrar no mérito acerca da natureza dessa educação) e, ainda mais, conferir-lhe um caráter crítico e humanizador?

As notas dos alunos estão bastante relacionadas às características socioeconômicas e culturais, de suas respectivas famílias e de sua comunidade. A lógica capitalista destrói os alicerces da educação, enquanto ação reflexiva da mudança social, e por outro lado, a avaliação é o ponto de partida para mudanças, adaptações e rompimentos que tendem a desenvolver o sucesso das políticas públicas, daí porque, na educação, o tema —avaliação— é muito recorrente. Avaliar é imprescindível, é necessário apenas que os gestores, especialmente os que atuam nas escolas, não utilizem a avaliação como aparelho hegemônico, que exclui, ao invés de democratizar.

O Ideb enquanto política pública

Existem muitas definições de políticas públicas, e se, dentro dessas definições o Ideb se classifica como tal. Para Souza (2010) não existe uma única ou melhor definição de política pública e sobre esta questão, esta autora (2010, p. 68). Aqui apresenta algumas ideias gerais:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz das grandes questões públicas e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como –o que o governo escolhe fazer ou não fazerl.

Lordêlo (2009, p. 24) define políticas públicas como resultante de intrínsecos fatores sociais:

Compreendemos política pública como um fenômeno social e histórico que expressa os interesses e necessidades de diversos sujeitos sociais, através do exercício do poder, e do processo de tomada de decisões baseada nos valores presentes na sociedade. Elas são estratégias voltadas para desenvolver um determinado modelo econômico e social em suas diversas áreas, cujas características resultam da correlação de forças dentro da própria sociedade.

Considerando que Neves (2005) defende que a sociedade vive uma nova pedagogia da hegemonia, na verdade, as políticas públicas seriam para a sociedade, mas não viriam dela. De fato, sobre as políticas públicas é necessário salientar que, do ponto de vista burocrático e normativo, essas políticas são afetadas por forças políticas que definem agendas, estruturas e formas de execução, por meio de governos que se diferenciam entre si. Vejamos o que o documento do Plano de Desenvolvimento da Educação (2009) fala do Ideb, enquanto política pública, INEP/MEC/BRASIL (2009, p. 02):

Para identificar quais são as redes de ensino municipais e as escolas que apresentam maiores fragilidades do desempenho escolar e que, por isso mesmo, necessitam de maior atenção e apoio financeiro e de gestão, o PDE

dispõe de um instrumento denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Ideb pretende ser o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas no Brasil... O Ideb é um dos eixos do PDE que permite uma transparente prestação de contas para a sociedade de como está a educação em nossas escolas, assim, a avaliação passa a ser a primeira ação concreta para se aderir às metas do compromisso e receber o apoio técnico/financeiro do MEC, para que a educação brasileira dê um salto de qualidade.

Dessa forma o Ideb assume uma condição de instrumento estratégico, na elaboração e execução de ações que, em tese, surgem a partir da escola. De fato, a educação despende de vultosos valores, que hoje estão entre 5% e 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do nosso país, embora outras áreas, como, transportes, segurança e saúde possuam fatias igualmente relevantes, sem, contudo, possuírem avaliações tão vitrinistas. Essa relação direta entre MEC e escola, na verdade, não é tão evidente, o que compromete a eficiência do processo de avaliação, com isso, as políticas públicas indicadas. Neste sentido, para Fonseca e Oliveira (2009, p. 240),

Embora reconhecendo alguns benefícios na organização física e material da escola, o PDE não foi capaz de produzir mudanças qualitativas no âmbito pedagógico. A maioria dos professores entrevistados o percebe como uma modalidade de intervenção voltada para a organização do sistema educativo, tendo como alvo principal a contenção de gastos, a eficiência operacional e objetivos orientados racionalmente para resultados ou produtos.

Embora, o Ideb represente uma contundente política pública, a mesma, tem sido utilizada, não como meio de identificar e propor soluções, mas, em muitos casos, esta intenção é completamente ignorada. A pesquisa *-A Avaliação Externa como Instrumento da*

Gestão Educacional nos Estados”, da Fundação Victor Civita (FVC)⁵, apontou que grande parte dos professores não compreendem o significado dos números do Ideb, e não os relaciona com os seus planos de aula, o que é positivo, pois o professor não deve pautar sua aula a partir do Ideb, visto que isso tornaria seu trabalho muito limitado. Assim, os professores não acreditam na avaliação em larga escala. Na verdade, as avaliações nacionais, tanto podem ser um instrumento para que as escolas, gestores e demais profissionais repensem seu trabalho, quanto para se efetuar classificações que pouco contribuem para a melhora da qualidade das escolas. Se a avaliação for concebida apenas como mecanismo de controle ou se for ignorada, seja pelos professores, pelos gestores ou pelos responsáveis pela formação de docentes, pouco contribui para a melhoria do ensino (SOUSA, 2003, p. 04). Por outro lado, é preciso conhecer todas as vertentes que compõem o índice, para que haja uma reflexão ampla sobre a escola, para que a partir desta ocorra verdadeira melhora na proficiência também se faz necessária uma profunda crítica, para entender onde as políticas públicas podem melhorar a escola, em busca da definitiva qualidade, na educação. Em pesquisa aplicada por Laurentino (2013) foi revelado que 24,6 % das escolas de ensino fundamental regular de séries finais, da cidade de Maceió, no Estado de Alagoas, apenas 16% dos gestores sabiam quais as variantes envolvidas na composição da nota do Ideb. Inclusive, havia gestores que afirmavam desconhecer completamente informações sobre este índice, ao tempo em que metade se sentia cobrado, pela rede, por índices maiores; e 94% afirmava que apesar da cobrança, a rede não ofertava capacitação ou acompanhamento; e a escola com menor Ideb, deste grupo, afirmou receber apenas uma visita de representantes da rede, que nunca mais retornavam à escola.

⁵Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/8-mitos-testes-aprendizagem-larga-escala-643599.shtml>. Acessado em 12/07/2012.

Considerações Finais

Concluimos, afirmando que a mudança da educação deve iniciar-se com a avaliação -- avaliação externa (das redes), avaliação interna (dos alunos), e autoavaliação, da escola --, mas que números advindos de testes e informações não trabalhadas, por meio de políticas públicas que vão além da educação, não podem produzir mudanças efetivas, as quais se traduziria em escolas mais humanas e menos capitalistas. Deste modo, é preciso deixar as decisões a respeito das escolas para os educadores, e não, para políticos, empresários ou economistas. Nesse contexto, o professor -- principal profissional da educação --, precisa se sentir valorizado e receber um salário justo pelo seu trabalho, não um --salário por mérito!, baseado em pontuações de testes profundamente falhos e não confiáveis. Para Mészáros (2002), deve existir qualificação sem subordinação ao capitalismo, com desenvolvimento de condições omnilaterais, como também, é preciso dar real suporte às redes e a essas as escolas e não apenas cobrar resultados. Também é necessário que seja construído um currículo básico obrigatório, um currículo verdadeiramente nacional, que estabeleça o que os estudantes em cada série deveriam estar aprendendo. Dessa forma, a avaliação em larga escala será realmente eficiente, e formular um currículo oficial é pré-requisito para obter informações mais precisas, sobre a aprendizagem. É necessário, a todo custo, evitar os rankings, pois estes funcionam apenas para alimentar a lógica do mercado, ao transformarem as escolas bem colocadas em objetos de desejo do consumidor, e para as instituições privadas, isso significa procura maior e mais lucros. Para as escolas públicas, significa críticas oriundas de avaliações focadas apenas na escola. Sob a ótica empresarial, menos de 5% das escolas no Brasil, hoje, possuem educação de qualidade, mas possivelmente a não-qualidade dos outros 95% não tem nada a ver diretamente com testes, mas com a melhora da situação socioeconômica dos alunos; condições dignas de trabalho, para os trabalhadores da educação; e um suporte pedagógico humano, vindo das redes, mais presente nas escolas.

O Ideb foi criado para —desenhar o retrato‖ da educação no país e, a partir dele, propor —soluções‖ para os problemas detectados, a questão é o enfoque empresarial que o índice traz, suas amarras ideológicas e sua profunda e negativa influência social. A avaliação externa, vinda de organismos internacionais, e a —febre‖ por ela gerada representa nova forma de controle, é o capital mudando e se adaptando para continuar a existir. Frigoto denuncia que o —velho‖ ainda não morreu e que o —novo‖ é apenas uma armadilha que encobre um *status quo* imune, ao passar do tempo. O fato é que o Estado utiliza, de forma cada vez mais forte, o Ideb, enquanto orientador de políticas públicas, e já está presente, de forma determinante, no Plano Nacional de Educação. A avaliação externa deve ser coletiva, ampla e adaptada à realidade brasileira, em cada uma de suas regiões, com um currículo verdadeiramente unificado, a partir de pesquisas, reflexões e práticas, capazes de se manifestar em políticas que melhorem a educação, de forma definitiva e irreversível. Quando bem planejada, e vinda das escolas e de suas redes, a avaliação tende a melhorar os programas que fazem parte de políticas públicas.

Referências

ANDRIOLI, Antônio Inácio. As Políticas Educacionais no Contexto do Neoliberalismo. **Revista Espaço Acadêmico**—ANOIINº 13, junho de 2002.

TONET, Ivo. Educação contra o capital. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

FONSECA, Marília & OLIVEIRA, João Ferreira de; A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras, in **RBPAE – Revista Brasileira de Política e Administração de Educação**. v. 25, n. p. 240, mai/ago 2009.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo** Real. 5ª Edição. São Paulo, Cortez. 2003.

LAURENTINO, Vania M. S. **O Olhar do Gestor Escolar sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. 2013. 131 f. Dissertação de Mestrado. Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, Alagoas. 25/03/2013.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia, Orgs; **Avaliação Educacional: desatando e reatando nós**. EDUFBA, Salvador, 2009.

MÉSZÁROS, István. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In:_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Carlos Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 94-132 (Cap. 2).

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) **a nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. Editora Xamã. São Paulo. 2005.

PDE/PROVA BRASIL **Plano de Desenvolvimento da Educação** 2009. INEP/MEC/BRASIL.

RIZEK, Cibele. Verde, amarelo, azul e branco: o fetiche de uma mercadoria e seu segredo. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 215-233.

SOUZA, M. Zákia L. Avaliação do Rendimento Escolar como Instrumento de Gestão Educacional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.); **Gestão Democrática da Educação: Desafios contemporâneos** 8ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 2008.